

Fernando de Noronha se revolta com a anexação

JUL 1988

FERNANDO DE NORONHA — Portando bandeiras do Brasil e do território, charangas, apitos e faixas do tipo “não queremos nossa ilha como colônia de férias de políticos”, cerca de 600 moradores de Fernando de Noronha — praticamente a metade da população fixa — foram às ruas para protestar contra a anexação do arquipélago a Pernambuco, aprovada pela Constituinte na última quarta-feira. Se de um lado o clima era de revolta contra os deputados — os nomes de José Moura (PFL/PE), Nilson Gibson (PMDB/PE) e Joaquim Francisco (PFL-PE), respectivamente, autores e relator da emenda, viraram palavrões na boca dos noronhenses —, a manifestação serviu para mostrar que a população ainda acredita numa reviravolta, por ocasião do segundo turno de votação.

Eles prometem outro ato, desta vez em Brasília, quando tentarão sensibilizar políticos e ecologistas para manter Fernando de Noronha como território federal.

Os noronhenses estão centrando suas preocupações em dois pontos. Primeiro, o medo de que a ilha deixe de ser um santuário ecológico e se torne presa fácil da especulação imobiliária e do que chamam de “turismo predador”. E, o que parece mais importante, o receio de perder a liberdade e as facilidades conquistadas com a chegada do primeiro governo civil. Nesse quadro está surgindo um sentimento nativista, ainda inédito, que provocou a primeira manifestação política de que se tem notícia na ilha, um lugar onde não existe sequer um partido formado e que não tem representantes no Congresso.

Idéia maluca — A Constituinte criou novos estados e impediu a criação de outros, mas as propostas foram de gente da terra. Nós não fomos ouvidos e essa idéia maluca partiu de quem nunca veio à ilha”, reclamou, num discurso emocionado, Salviano Martins da Costa, presidente do Conselho Comunitário, órgão consultivo criado por Fernando César Mesquita, atual governador da ilha.

Fernando César, no encontro que teve ontem à tarde com o governador pernambucano Miguel Arraes, falou das dificuldades que este terá de enfrentar com a anexação da ilha ao seu estado. Apontou o vazio jurídico deixado pela emenda aprovada na Constituinte, que deixou sem definir se Fernando de Noronha será mais um município de Pernambuco ou um distrito do Recife, por exemplo. O governador do território argumentou que todos os recursos financeiros repassados pelo Fundo de Participação dos Estados para Fernando de Noronha

poderão ser suspensos. “Com a emenda”, analisou Fernando César, “esses recursos deixam de existir e haverá dificuldade para a realização de obras de infra-estrutura”.

Sem os Cz\$ 200 milhões mensais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que deixariam o orçamento do novo município pernambucano assim que a Constituição fosse promulgada, o medo dos noronhenses chega a ser justificável na ilha, ninguém paga um tostão de água, luz, telefone, hospital, educação ou transporte, tudo subsidiado pelo governo do território, onde também não existe desnutrição, poluição ou mortalidade infantil. A maioria dos habitantes vive na condição de funcionário público e do salário pago pelo EMFA (Estado Maior das Forças Armadas) o que emprega hoje, cerca de 300 noronhenses. Com o isolamento, essa situação causou o maior problema da ilha: seu alto nível de alcoolismo.

Invasão — “Sem essa verba, o que é que o governo de Pernambuco pode fazer em benefício da ilha?”, questiona o vice-governador Mário Honório Teixeira Filho, organizador do movimento contra a anexação. “Será a invasão da iniciativa privada e os ilhéus serão expostos pela corrida imobiliária, pelos políticos pernambucanos e pelos cassinos”, responde, alarmado, o secretário de Obras Sociais Básicas, Domício Alves Cordeiro, nascido na ilha e formado em Agronomia, em Pernambuco.

Para o vice-governador, é impossível quantificar o volume de recursos que entra em Fernando de Noronha na forma de ajuda da Aeronáutica, Ministério do Interior, Previdência Social ou LBA. Mário Honório garante que, com a retirada dessas verbas, Pernambuco pouco terá a fazer: “Vamos cumprir o nosso papel, zerar nossa contabilidade e entregar as chaves da ilha a Miguel Arraes. Só não tenho a mínima idéia do que será o futuro dos seus moradores.”

“O pior é que nem Arraes queria essa anexação”, analisou o secretário de Obras, Heleno Armando da Silva, filiado ao PCB e idolatrado pelos ilhéus por sua oposição ao antigo governo militar da ilha, de onde chegou a ser expulso e impedido de voltar pelo então governador, o coronel aviador José Ivanildo Teles Sirotheau. Para ele, a aprovação da emenda foi uma “retaliação dos políticos contra o governo federal. A amizade de Fernando César com Sarney é que decidiu a votação. Só que o tiro pegou de tabela em 1.200 pessoas que não têm nada a ver com disputas políticas”, observou Heleno, para quem o partidário teve influência positiva: hoje há muitos militantes na ilha.